

# MARÉ VIVA

DIRECTOR: VICTOR SOUSA

SEMANÁRIO

ANO I — N.º 42 — PREÇO 3\$50 — 27/4/77

## O 25 DE ABRIL DE 1974 ESTÁ VIVO EM ESPINHO!

### O QUE FOI

A acção libertadora do Movimento das Forças Armadas foi recebida em Espinho, como aliás em todo o País, com a alegria de quem vê perspectivas duma nova vida, de quem sente finalmente que o edifício do fascismo está a ruir.

Uma alegria, inicialmente misturada com alguma expectativa, natural de uma zona afastada dos grandes centros urbanos onde os acontecimentos se sucediam em catadupa. Foi necessário apenas um lapso de tempo para que a euforia colectiva que se vivia nesses centros irradiasse pelo País fora. As esperanças iam dando lugar à certeza, à confiança, que culminou em Espinho com a manifestação do dia 28 de Abril organizada pela Oposição Democrática de Espinho. Oposição que deixara de o ser...

O ponto alto desta manifestação, que percorreu diversas zonas da cidade, sucedeu com uma concentração frente aos Paços do Concelho, donde falaram homens democratas e antifascistas como Alcides Monteiro, Carlos Candal e Rufino Cunha.

A Câmara não foi tida nem

achada nesta manifestação popular, mas acabou por sair do segredo a que se tinha remetido, para fazer publicar na «Defesa de Espinho» de 4 de Maio um comunicado em que, estranhamente, saudava calorosamente o Movimento das Forças Armadas, manifestava o seu apoio à Junta de Salvação Nacional e se mostrava disposta a «assegurar a continuidade» dos seus serviços. Comunicado tanto mais estranho quanto é certo que, no mesmo jornal, três meses antes, a Câmara manifestava o seu agradecimento a todos os que «contribuíram para o brilhantismo da recepção a sua Excelência o Presidente da República, Almirante Américo Thomaz, na sua visita a Espinho» (sic).

Um «golpe» desajeitado, que mais não fez do que acelerar o que se impunha e que democratas de Espinho tomaram nas mãos: a restituição da Câmara ao Povo.

Foi numa assembleia aberta realizada no salão do «Nosso Café» que foi aprovada a formação duma Comissão Administrativa de democratas, que não teve qualquer objecção do elevado número de presentes. A C. A. veio a ser ratificada superiormente e

acabou por prolongar a sua actividade, que julgava transitória, por mais de dois anos. A sua representatividade veio a ser naturalmente contestada pelos que na altura não tiveram a coragem de erguer a voz contra o «assalto». Foram dois anos de dificuldades, mas de que a C. A. se saiu a contento, a ponto de dois desses homens se encontrarem agora na Câmara eleita com todos os requisitos dum regime democrático.

Foi esta a primeira acção espontânea que o 25 de Abril permitiu e que marcou o início das movimentações populares que a partir daí desabrocharam.

A nível do trabalho, o movimento sindical animou-se extraordinariamente, começaram a surgir Comissões de Trabalhadores por toda a região, as lutas dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho sucederam-se das mais diversas formas.

Os moradores organizavam-se em comissões para lutarem pela resolução dos problemas dos seus bairros, dos seus lugares.

Nas escolas assistiu-se a movi-

(Conclui na pág. 5)

### SILVALDE

## Novo plano de urbanização?

Na sua última reunião, a Câmara Municipal de Espinho decidiu dar curso às aspirações de inúmeros silvaldenses, que solicitam à Câmara autorização para construírem, mas a que não é possível dar seguimento, por infringirem o Plano de Urbanização em vigor.

A Câmara não poderia ficar indiferente à insatisfação já manifestada pelo povo de Silvalde e, como não tem poderes para ultrapassar o Plano de Urbanização, fez seguir para a Junta de Freguesia instruções no sentido de se fazer uma consulta à população quanto a sugestões de alterações ao plano.

Estas alterações merecerão um estudo de técnicos e só então poderá seguir uma pro-

(Conclui na pág. 5)

## A CAMINHO DOS 2.000

«Caramba, os tipos não se calam com esta lengalenga!», poderão pensar os leitores, desabafando. Mas a verdade é que dois mil não constitui somente um número, uma mera abstracção, uma divagação algébrica. Dois mil é o número de sócios que estabelecemos para já como meta a curto-prazo, a fim de podermos melhorar de dia para dia o nosso trabalho.

O «Maré Viva», o Cineclub, o Centro de Estudos, têm realizado trabalho, têm recebido o apoio das pessoas. Mas não se podem quedar naquilo que já fizeram, não se pode cristalizar a qualidade, não se pode limitar a quantidade. Temos a certeza absoluta que todos os que nos têm vindo a acompanhar desejam mais e melhor. A «Nascente» já deu provas suficientes de que é capaz de ocupar o lugar que se encontrava vazio, capaz de realizar a divulgação cultural que a região necessita. Para isso tem contado com a colaboração dos seus sócios, que de certeza absoluta desejam que ela continue a sua tarefa. Tarefa que também é deles, porque eles são o seu sustentáculo, a sua base. Daí que confiamos que os actuais sócios não se cansarão enquanto o número 2.000 não for uma realidade.







# NOTÍCIAS

## Uma esmola ao «ceguinho»

Espinho — Rainha da Costa Verde, como alguns lhe chamam, é ponto de paragem para muitos «conquistadores» deste Portugal desconhecido.

Uns visitam-nos na época balnear, a fim de poderem dar uns mergulhozitos no nosso «mar de pedra». Outros, visitam-nos em qualquer altura, para irem até ao «pano verde» pôr a roleta a girar, para ver se sai o 10 (jogo só de alguns). Outros há ainda que nos visitam periodicamente, vindo até à nossa Feira Semanal das segundas. Uns a vender, outros a comprar, outros ainda a pedir...

Sim, como todos nós sabemos, às segundas-feiras Espinho é «invadido» por dezenas de visitantes a exercer a mendicidade pública. E como não podia fugir à regra, a feira do passado dia 18, foi mais uma vez testemunha disso tudo.

Nas suas actividades de andar «alerta», a PSP localizou um dos que exerciam a mendicidade pública e que lhe despertou atenção.

O «ceguinho», depois de declarar residir na Rua de Monte dos Burgos, Porto, ignorando o número, deixou a ideia de não ter residência certa, pelas afirmações pouco seguras que fazia a esse respeito.

Uma vez conduzido à esquadra, veio-se a descobrir que se tratava de Joaquim da Costa Leite, de 48 anos, casado, barbeiro e residente no Lugar da Margarida, Felgueiras, que sentado no solo com uma boina no meio das pernas, exercia a mendicidade pública, simulando ser cego de ambas as vistas e dizendo — «UMA ESMOLA AO CEGUINHO». O que fazia com que várias pessoas que por ali passavam, cedessem às suas lamúrias.

Apreendida a quantia de duzentos e vinte escudos, o detido foi entregue ao Tribunal.



## S. PEDRO

Dia 28 — Quinta-feira — «Emanuelle Negra» — Maiores de 18 anos.

A «branca» deu muito dinheiro a ganhar, pelo que alguém concluiu que com a versão noutra cor o negócio prosseguiria. Num ou noutro tom a qualidade é bastante fraca, mas esta exagera...

Dia 29 — Sexta-feira — «A Filha de Ryan» — Maiores de 17 anos.

David Lean, realizador do memorável «Breve Encontro», dedicou-se nos últimos tempos à feitura de grandes produções. Pelos grandes compromissos comerciais que isso obriga, a espectacularidade gratuita que exhibe só estraga o que algum interesse poderia ter. Sofrível.

Dia 30 — Sábado — «Apocalypse Joe» — Maiores de 13 anos.

«Cóboiada à espanhola». Indigesta para pessoas de bom gosto.

Dia 3 — Terça-feira — «Trinitá — Cowboy Insolente» — Maiores de 10 anos.

Reposição do que se pode considerar como o filme «western-spaghetti» mais popular de sem-

pre. Pela sua simpatia e alguma graça, consideramo-lo interessante.

## CASINO

Dias 27 e 28 — Quarta e Quinta-feira — «Histórias de Faca e Alguidar» — Maiores de 13 anos.

Algum mérito temos que reconhecer na persistência dos produtores das fitas da dupla Ciccio Ingrassia e Franco Franchi. É o que se pode concluir após dezenas de fitas, nas quais é difícil distinguir a mais cretina e o público habitual sem dar sinais de enfado. Perante isso só nos resta desejar-lhe bom proveito.

Dias 29 e 30 — Sexta-feira e Sábado — «Meu Deus, ao Que Eu Cheguei» — Maiores de 18 anos.

Após alguns anos de inactividade, o veterano Luigi Comencini regressa com um curioso e interessante filme em que nos apresenta diversas facetas de uma personagem oriunda da região italiana que mais temas tem inspirado no cinema: a Sicília.

Para além do bom trabalho de realização, há a salientar a interpretação da bela actriz que é Laura Antonelli. A ver.

Dia 2 — Segunda-feira — «Meu Tio» — Maiores de 10 anos.

Com grande satisfação registamos a presença entre nós de um filme do maravilhoso Jacques Tati. Reconhecendo por um lado não ser este uma das suas melhores obras, não hesitamos em aconselhar o leitor a não deixar de ver este filme, em que o humor inteligente é uma constante.

## Notícias da Academia

### 150.º ANIVERSÁRIO

#### DA MORTE DE BEETHOVEN

Associadas às comemorações do 150.º aniversário da morte de Beethoven, várias actividades se estão a levar a efeito na Academia de Música. Ontem, dia 26, realizou-se uma audição de alunos em que foram executadas apenas obras do compositor homenageado, e hoje, quarta-feira, dia 27, pelas 18 horas, idêntica sessão se realizará. As duas audições movimentarão cerca de uma dúzia de alunos da classe de Piano, além de um elemento da classe de História da Música que fará alguns comentários à obra e vida do genial compositor.

### RECITAL DE PIANO

Hoje, quarta-feira, dia 27, pelas 21,45 horas, realizar-se-á na Sala do Auditório da Academia de Música um recital por FAUSTO NEVES. Serão executadas obras para piano de Bach, Beethoven, Liszt, Debussy e Frederico de Freitas.

### 1.º CONCURSO DE PIANO DE BRAGA

Na sexta-feira, dia 29, pelas 18 horas os alunos da Academia que se deslocarão ao Concurso de Braga tomarão parte numa audição, tendo em vista exercitarem o programa que deverão executar no referido Concurso. A sessão terá lugar na Sala Auditório da Academia.

## ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ESPINHO

### CONVOCATÓRIA

Convidam-se os senhores associados a reunir em Assembleia Geral no dia 30 do corrente, pelas 16 horas, no Polivalente da Escola, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

- 1.º Leitura da acta anterior, sua discussão e aprovação;
- 2.º Dar conhecimento das actividades desta Associação, durante o segundo período escolar.

Espinho, 18 de Abril de 1977.

O Presidente da Assembleia Geral,

(a) José S. T. Pereira

## farmácias

**QUARTA - Farmácia Santos**

R. 19 n.º 263 — Telef. 920331

**QUINTA - Farmácia Paiva**

R. 19 n.º 319 — Telef. 920250

**SEXTA - Farmácia Higiene**

R. 19 n.º 393 — Telef. 920320

**SÁBADO - Grande Farmácia**

R. 62 n.º 457 — Telef. 920092

**DOMINGO - Farmácia Teixeira**

R. 19 n.º 46 — Telef. 920352

**SEGUNDA - Farmácia Santos**

R. 19 n.º 263 — Telef. 920331

**TERÇA - Farmácia Paiva**

R. 19 n.º 319 — Telef. 920250

## J. PINHEIRO DE MORAES

CLINICA GERAL

Rua 20 n.º 390 - Telef. 920452

## MOREIRA DA COSTA

CIRURGIA GERAL  
E VASCULAR

R. 20 n.º 520-1.º - Telef. 921014

## PINTO DE MATOS

Médico Especialista ex-Assistente dos Serviços de Ortopedia das Universidades de Lausane e Edimburgo

Fracturas e Doenças dos Ossos e Articulações

Rua 19 n.º 364-1.º — Telef. 921218

ESPINHO

## Empresa Gráfica de Seixezelo

DE

Cardoso & Valentim, Lda.

Apartado 13

Seixezelo

Argoncilhe



## S. PAIO DE OLEIROS

**REFERENDO** — Há dias fui assaltado. Entram-me em casa elementos que se dizem de uma Comissão de Festas e, de dedo em riste, disparam-me, sem mais aquelas, uma bala deste calibre: — «Queremos saber se quer a festa à Senhora da Saúde como antigamente ou se a quer como os padres no-la querem impor. Caso a queira como antigamente, assine aqui».

Todo a tremer, ia a perguntar se, de facto, aquilo era um assalto, quando me esclareceram: «Isto é um referendo!».

Ainda fiquei mais confuso. Ora eu que pensava que um referendo era secreto, eu que, na minha ignorância, julgava que, num caso idêntico, devia haver representantes das várias tendências, para que não pudesse haver tráfuhice naquela espécie de votação, ia a abrir a boca para explicar isto tudo, quando fui amordaçado pela seguinte ordem: — «Não venha cá com política! Só queremos saber: sim ou não?».

Era o mesmo que dizer: «A carteira ou a vida!». Realmente a criminalidade tem aumentado assustadoramente! Imaginem: isto foi na minha própria casa, em pleno dia!

Então, e se eu não concordar com esse tipo de referendo com todas as probabilidades que tem de ser fraudulento? Então e se eu quiser dizer «tanto me faz», em vez de dizer «sim» ou «não»? Então, se até hoje se fizeram tantas festas e nunca me vieram perguntar nada, porque hei-de assinar agora seja o que for? Hum... parece-me bem que essas assinaturas se destinam a outros inconfessáveis fins... Por exemplo, pretender demonstrar perante as autoridades eclesiásticas (parece que já se fala em ir ao Papa!) que o abade de Oleiros não é querido dos seus paroquianos. Ah! mas isso é outro assunto!...

Enfim, tive muita sorte: os salteadores apenas me levaram um pequenino sorriso de desdém. Aham que vale a pena participar à polícia? Outros foram mais infelizes: caíram no conto do vigário! Agora que se arranjem!

E a ti, Senhora da Saúde, não te perguntaram nada? Não te perguntaram se queres que estourem em foguetes o dinheiro que os teus crentes tão piedosamente depositaram junto ao teu altar? Não te perguntaram se não preferias que te amassem mais a ti e ao teu Filho em obras que

permanecem do que em arcos e lâmpadas que dali a dias se desmontam? Não te interrogaram se desta vez o teu Filho não viria de chicote expulsar os vendilhões do templo? Não te puseram a hipótese de, em vez desses gastos supérfluos e em tempo de austeridade, se utilizar, por exemplo, o dinheiro na construção de uma creche (tu que és Mãe talvez compreendas que isto talvez fosse mais importante!)?

A ti não te perguntaram nada. Mas tu sabes muito bem por que razão te querem fazer festas, dois ou três dias no ano. Assim, já se pode fazer tudo o que se quiser nos outros 362 dias: já se pode despedir trabalhadores sem justa causa, levantar-lhes processos disciplinares por dá-cá-aquela-palha ou proibir-lhes a utilização dos quartos-de-banho; já alguns podem mudar a seu favor os marcos das tapadas ou não passar recibos aos seus inquilinos, ameaçando-os ainda por cima; já alguns podem roubar aos outros o direito ao pão, à cultura, à habitação; já um senhor pode dispor de guardas bem armados para agredir quem muito bem lhe apeteça; já todas as injustiças e atropelos se podem cometer nos demais dias!

Mas, eu acredito, Senhora da Saúde, que, apesar da tua bondade, não te deixarás levar por eles. No teu lugar, palavra que não deixava.

**PASCOA OU CARNAVAL?** — Talvez devido ao mau tempo, não se efectuou em Oleiros o cortejo que noutras terras é já tradicional realizar-se no dia de Carnaval. Mas a iniciativa particular tem imaginação para tudo. Vá de fazê-lo no dia de Páscoa, embora não tivesse atingido nem sombra do brilhantismo que seria de esperar. Há, no entanto, quem diga que se tratou de um compasso (im)próprio da quadra pascal. Então, 'tá bem!

**«CARROCEIS»** — A Junta de Freguesia já mandou colocar em diversos pontos com mais hipóteses de acidentes, placas circulares de sentido giratório, iniciando — assim esperamos — um desejável ordenamento de trânsito na freguesia, aliás já concebido pela anterior Comissão Administrativa. E já agora que nos seja lícito esperar que, a todo o momento, se tomem medidas, já também previstas, para que determinados troços de vielas sejam destinados a sentido único, colocando-se ali a devida sinalização.



Também gostaríamos de pedir às entidades competentes se nos autorizarão, pelo menos no «canal» que vai da Cruz à Rua da Igreja, a transitar de góndola como se faz em Veneza.

E só mais uma perguntinha: — Porque se taparam as covas acima da Cruz e em frente à Fábrica de Papel e deixaram por tapar as covas intermédias? Não me venham dizer que é por causa da água que aí passa, porque, em frente à Fábrica, souberam muito bem desviá-la.

**E POR FIM...** — Em S. Paio de Oleiros também se morre. E este início de Primavera lá nisto tem sido fecundo. Mas olhem, amigos: é uma tragédia morrer-se em Oleiros. Ainda os olhos se não fecharam e aí estão os abutres, os corvos, as corujas e toda a espécie de fauna parasita e necrófila! Também vêm os especialistas em manobras, os que, mesmo ao lado do caixão, urdem tramas e conspiram. O rancor dilata-lhes os olhos, a ânsia de dividir torna-os menos humanos do que seixos. Esquecem que já não importa a quem se apaga nem a música, nem a cerimónia, nem a magnificência do traje ou da palavra. Vêem tudo, menos quem ali jaz, cópia textual do pó em que cada um se há-de tornar, fronteira a partir da qual só os bichos conspiram contra a carne. Nem a vaidade, nem o orgulho, nem a riqueza darão seja a quem for um lugar de destaque do outro lado, se os seus actos o não tiverem merecido — nisso pelo menos acreditam os cristãos. E todos os intriguistas cá do sítio se afirmam «católicos, apostólicos, romanos»...

## ANTA

### ASSALTADO O SALÃO

Desta vez os assaltantes não respeitaram os sentimentos religiosos da população.

Depois da Igreja de Anta, dias antes de sido espoliada do seu interior de vários objectos, foi a vez dos assaltantes cumprirem a «agenda» e «visitarem» (por sinal, má visita) o Salão Paroquial, no passado dia 16, deixando à Comissão Coordenadora do Salão, um saldo negativo de cerca de 34 mil escudos. Dando-se ao luxo de terem ido ao bar e lá terem bebido e comido, furtando vários objectos de valor lá expostos.

A Judiciária tomou conta da ocorrência, estando agora no campo das averiguações.

## GUETIM

### «REVOLUÇÃO DE MENTALIDADES»

Pois é, amigos, também em Guetim existe alguém seriamente interessado na difusão da nossa cultura.

Existe, mas realmente o facto é quase completamente desconhecido e, o que é mais triste ainda, esse desconhecimento também se estende à grande maioria dos guetinenses.

Passaram já quase três longos e penosos anos desde o tragicamente longínquo 25 de Abril de 1974 e as nossas mentalidades praticamente em nada se alteraram.

Porquê?

Talvez porque desde então poucas iniciativas tenham sido conduzidas nesse sentido, talvez!

Mas o que também não deixa de ser verdade é que as poucas vezes que tal tem acontecido, a participação das pessoas tem sido pouco mais do que nula.

Como exemplo bastará relatar um facto recentemente ocorrido:

No passado dia 15 de Abril a Secção Bibliotecária do Grupo Cultural de Guetim, com a desinteressada colaboração da Cooperativa Nascente (o que publicamente agradecemos), exibiu na sede da Junta de Freguesia o filme «VIVA PORTUGAL».

Esperava-se (mais uma vez se esperava!) que o filme fosse realmente apreciado e criticado por um número significativo de pessoas. Esperava-se, tanto mais que até ao referido dia 15 o filme apenas havia sido exibido na Figueira da Foz (estreia em 1975) e em Lisboa, salvo erro, no cinema Universal.

Se não estamos enganados em nenhuma outra localidade as pessoas tiveram oportunidade de o apreciar.

Ora, sabendo nós, que grande parte da população tinha conhecimento de que o filme seria projectado naquele dia perguntamos: qual a razão pela qual só meia dúzia de pessoas compareceu na sede da Junta. Porquê?

De qualquer forma, acreditem, em Guetim há-de continuar a lutar-se para que «esta aldeia do interior à beira-mar plantada» (citando uma frase que não é nossa) faça a sua Revolução de Mentalidades.

Guetim, 19 de Abril de 1977.

Manuel Oliveira dos Santos

# MARE VIVA

SEMANÁRIO

Propriedade:  
NASCENTE — Cooperativa de  
Acção Cultural, scrl

Fizeram este número:

Agostinho Chaves, A. Pinheiro, A. Monteiro, Ana Maria, A. Letra, A. Mota, Dário Capela, Eugénio Morais, Fausto Neves, J. Fidalgo, J. Cruz, M. Loureiro, M. Correia da Silva, Morais Gaio, Rogério Baptista e Victor Sousa.

Colaboração especial: Carlos Pinhão, Martins.

Composição e Impressão: Of. Gráficas da Casa Nun'Álvares - Porto

Director:

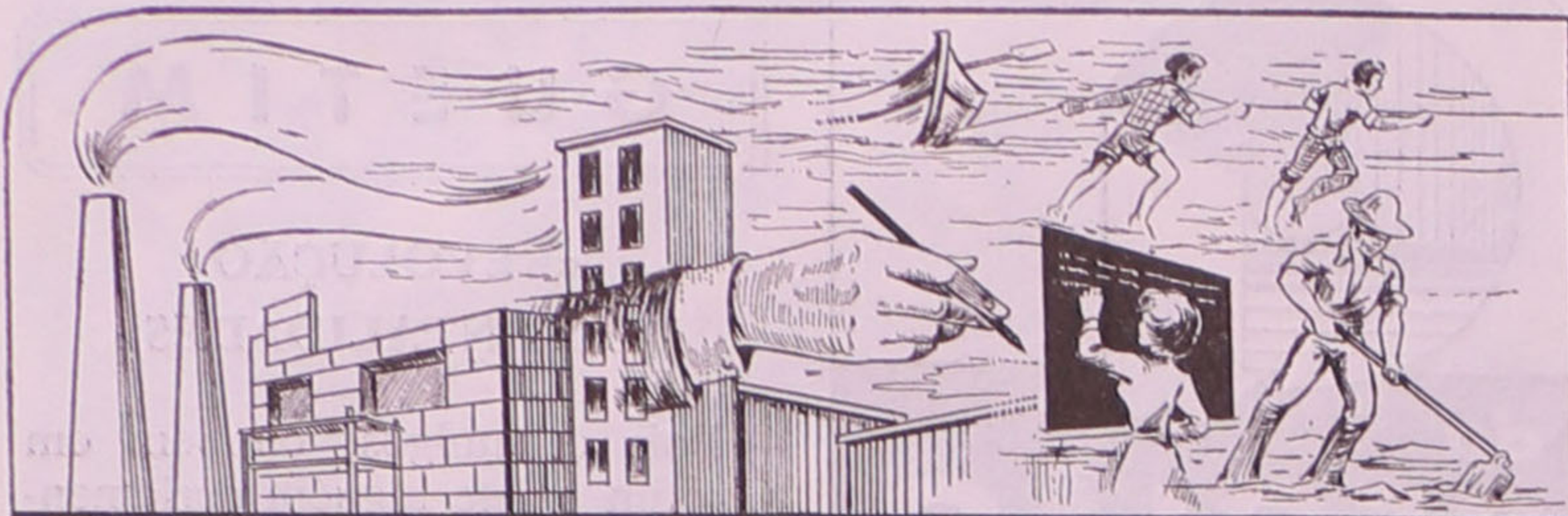
Victor Sousa

Redacção - R. 62 n.º 251 - 1.º

Telef. 921621

ESPINHO





# TRABALHO

## REFORMA AGRÁRIA:

### A grande conquista dos trabalhadores

Considerada por muitos como a maior conquista da Revolução do 25 de Abril, ao ponto de se afirmar que, se falhar, falha a Revolução, a Reforma Agrária, hoje consignada na Constituição, vem sendo alvo de graves ataques e ameaças.

A sua importância económica e social poderá medir-se pelo número de pessoas que trabalham na agricultura — cerca de 1/3 de toda a população activa portuguesa.

O País encontra-se dividido em duas zonas, social e economicamente bem diferenciadas do ponto de vista agrícola: uma a sul do Tejo, onde predomina o latifúndio ou grande propriedade, e outra a norte daquele rio, onde se encontra a pequena propriedade ou minifúndio, cada uma das quais com problemas específicos que exigem processos diferentes de os resolver.

Tentaremos de seguida caracterizar o desenvolvimento desses dois processos.

#### NA ZONA DA GRANDE PROPRIEDADE

Os trabalhadores agrícolas, unidos e organizados nos seus Sindicatos, procuraram, logo após o 25 de Abril, obter melhores condições de trabalho através das primeiras Convenções Colectivas de Trabalho que quase se limitavam à garantia de emprego e à fixação de melhores salários para o curto período da Primavera-Verão de 1974.

Pois, mesmo assim, considerando ameaçados os seus privilégios, os grandes agrários opuseram toda a sua resistência a essas pequenas garantias dos trabalhadores, quer dificultando as negociações, quer recusando-se a cumprir as Convenções aprovadas. Destruíram máquinas e culturas, venderam o gado, não pagaram os salários aos trabalhadores e as dívidas à Previdência, provocaram o desemprego, transferiram elevadas quantias para o estrangeiro e abandonaram as terras.

Contra esta situação de crise generalizada, altamente lesiva dos interesses nacionais, reagiram os trabalhadores tomando as terras para seu uso e exploração. E, por esta via, se recuperaram para a agricultura milhares de hectares de terras que se encontravam abandonadas ou transformadas em coutadas.

Só muito tarde o Governo reagiu, consagrando e regulando a dura luta dos trabalhadores agrícolas ao fazer publicar a chamada Reforma Agrária (Decreto-Lei n.º 408-A/75). Esta viria mais tarde a ser incluída na Constituição, o que representa a consagração dos êxitos alcançados pelos trabalhadores na sua luta contra os grandes capitalistas e latifundiários e que, já nessa altura se traduziam na maior produção cerealífera dos últimos dez anos, o fim do desemprego crónico na região e em dois milhões de contos de divisas poupadas.

## Dois Deputados visitaram «A Vigorosa»

A luta dos trabalhadores de «A Vigorosa», um ano depois do arranque da sua fase decisiva — a paralisação que durou três meses — prossegue a caminho de uma legalização que tarda.

Para tomarem conhecimento desta situação, estiveram naquela unidade fabril os deputados socialistas Marcelo Curto e Avelino

Zenha, que puderam inteirar-se de toda a dimensão da empresa no que respeita a estado e modo de funcionamento das máquinas, métodos de trabalho, número de trabalhadores, produção, enfim, todos os aspectos que melhor definem uma empresa.

Em reunião com os trabalhadores, Marcelo Curto, manifestou a sua admiração pelo ambiente que se vive naquela fábrica, onde a boa vontade e colaboração entre todos os trabalhadores são patentes, e pela forma como têm sido tomadas as resoluções, em reuniões de trabalhadores. Foi-lhe mostrado o «stock» de matéria-prima existente em armazém, cujo valor ultrapassa os três milhares de contos (bastante superior ao lá deixado pelo patrão fugitivo), bem como os célebres caixotes, destinados às ex-colónias, contendo a mercadoria que o patrão acusou os trabalhadores de terem vendido ao desbarato.

No que concerne à situação legal da empresa, o ex-Ministro do Trabalho, fez saber aos trabalhadores que a sua sorte dependerá de um de dois gabinetes que estão em criação no Ministério do Trabalho e, ainda, do rumo que vier a tomar a discussão do assunto na Assembleia da República, que deverá ser concluída até 30 de Junho. A propósito desta discussão, foi garantida aos trabalhadores a solidariedade do Grupo Parlamentar socialista e restantes deputados de esquerda.

Esta visita foi pretexto para mais uma conversa do nosso jornal com os trabalhadores de «A Vigorosa» que se nos afirmaram confiantes no bom rumo que o seu assunto leva. Lembra-se, a justificar esse optimismo, que os trabalhadores nada fizeram para afastar o ex-patrão, antes foi aquele que os abandonou, numa altura em que lhes devia perto de um milho de contos. Desde então, as condições de trabalho modificaram-se muito: passaram a ser honestamente cumpridas as tabelas salariais em vigor e, ainda agora pela Páscoa, foi possível atribuir a cada trabalhador um «folar» de 1.500 escudos, coisa que não era uso do patrão. Desta forma, nem o regresso do ex-patrão se mostra viável, nem sequer as novas condições em que a empresa trabalha poderiam agradar a quem tão pouco sabia de contas de dividir.

No entanto torna-se urgente a legalização de «A Vigorosa» com a formação de uma cooperativa, de modo a que os trabalhadores possam operar modificações necessárias para uma maior rentabilidade. De facto, a produção actual não chega para as encomendas do mercado nacional, mas existe capacidade para criar mais de meia centena de novos postos de trabalho e poderá mesmo vir a pensar-se na exportação. Por tudo isto, esperemos que esta visita seja mais um contributo para a resolução que há tanto tempo se espera e que, justificada ou injustificadamente, se arrasta com os prejuízos que se adivinham para a própria economia nacional.

#### NA ZONA

#### DA PEQUENA PROPRIEDADE

Foram o IV e V Governos Provisórios que mais esforços fizeram no sentido de minorar a difícil situação dos pequenos e médios agricultores e rendeiros aos quais foram dirigidas algumas importantes medidas: isenção do imposto de circulação de bicicletas e carros de tracção animal; isenção da contribuição predial rústica para os pequenos proprietários rurais; alargamento e melhoria da assistência social; estabelecimento de preços de garantia compensadores para o leite, carne, cereais e batata; redução do preço dos adubos; extinção dos foros; entrega dos baldios às populações que deles tinham sido espoliadas; criação do Crédito Agrícola de Emergência; finalmente, a publicação da Lei do Arrendamento Rural.

Tudo levava a crer que os pequenos e médios agricultores e rendeiros iam finalmente ter oportunidade de conseguir uma existência digna.

Também aqui, porém, os senhores, aliados ao grande capital e aos intermediários, conseguiram fazer sustar a aplicação da maioria desta medidas. A Lei do Arrendamento não é cumprida, os trabalhadores e rendeiros procuram empregos fora da agricultura, as terras são deixadas a monte, o Governo não toma medidas de fundo que resolvam os problemas, a situação degrada-se cada dia que passa.

Nos próximos números procuraremos mostrar a carência de medidas governamentais capazes de resolver os problemas da agricultura e a inconstitucionalidade de algumas dessas medidas, quer quanto a esta zona, quer no que se refere à zona da grande propriedade.

## Rubi

RELOJOARIA - OURIVESARIA

Ivo dos Santos Coelho

Rua 23 n.º 360 - Telef. 920592  
ESPINHO

## QUIÓSQUE SUBTERRÂNEO

Jornais — Revistas — Tabaco

À SUA MÃO

Na passagem sob a via férrea

CASA LUISA NOGUEIRA

## João César da Costa

Depósito de Frutas — Vendas por Junto e a Retalho

Rua 16 n.º 750 ESPINHO Telef. 920304

CAFÉ

## O TROVADOR

Serve Pregos — Cachorros  
Especialidades  
em Francesinhas

Av. 24 e Rua 31 — Espinho



# «Secção Cultural da Académica vai ser suspensa?»

## O 25 DE ABRIL

(Conclusão da 1.ª página)

Da Mesa da Assembleia Geral da A.A.E. recebemos a seguinte carta:

Ex.mo Senhor,

Com os nossos cumprimentos. Na impossibilidade de dirigirmos esta ao autor (?) do infeliz «artigo» intitulado «SECÇÃO CULTURAL DA ACADÉMICA VAI SER SUSPENSA», que no semanário que V. Ex.cia, superiormente, dirige, publicado em 13 do corrente, pois o preclaro articulista não teve a coragem de se identificar, vimos pedir-lhe, julgando dispensável invocar a Lei da Imprensa, a publicação desta, no intuito de repor-mos a verdade dos factos.

O preclaro articulista que, por falta de elementar identificação, nem sequer sabemos se esteve presente na Assembleia Geral à qual se reporta, utilizando uma técnica bastante própria de gentilha da sua estirpe, pretende manipular a opinião pública, vingarizando-a com a deturpação propositada de quanto, na realidade, se passou. Não pretendemos gastar cera com ruim defunto, porquanto sabemos que é impossível levar qualquer pessoa a escrever a verdade real, quando, por índole, por propósito, encomenda ou telecomando, escreve grosseiras falsidades.

Portanto, sr. Director, limitamo-nos a transcrever (sic) o seguinte:

1.º A ordem dos trabalhos da Assembleia Geral da Associação Académica de Espinho;

2.º A parte da acta que a Assembleia Geral, que é soberana e aberta a quantos associados quiserem estar presentes, aprovou e se refere ao assunto.

Assim, passamos à transcrição:

1.º — Leitura, discussão e aprovação da acta da assembleia anterior;

— Leitura, discussão e aprovação dos relatórios das secções que não foram presentes à última Assembleia Geral Extraordinária;

— Discussão e aprovação duma proposta da Comissão Directiva, para aumento de cotas;

— Discussão e aprovação de propostas de alteração dos Estatutos em vigor;

— Discussão de qualquer assunto de interesse para a Colectividade.

2.º «QUE SEJA TRANSMITIDA À DIRECÇÃO DA A.A.E. A DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE SER TERMINANTEMENTE PROIBIDO AO GRUPO DE TEATRO OU QUALQUER OUTRA SUB-SECÇÃO DA SECÇÃO CULTURAL OUTRA DESIGNAÇÃO QUE NÃO SEJA A DE «SECÇÃO CULTURAL DA A.A.E.», SOB PENA DE SUSPENSÃO DE ACTIVIDADE ATÉ À PRÓXIMA ASSEMBLEIA GERAL».

Quando ao demais, sr. Director, a opinião pública e, especialmente, os sócios da A.A.E., tirarão as devidas conclusões quanto a determinados processos de jornalismo (?) e numa próxima Assembleia Geral, certamente, o assunto será tratado, com a profundidade merecida, no local apropriado e pe-

rante os associados que quiserem estar presentes ao acto.

Renovando os cumprimentos.

A Mesa da Assembleia Geral da A.A.E.,

- (a) Higino Ramalho Mendes  
(a) José Gaioso Vaz  
(a) José António Beleza

### Nota da Redacção

1. Por deliberação expressa de todos os que fazem o «Maré Viva», desde o seu primeiro número que os diversos artigos não são assinados (com excepção dos textos de colaboradores especiais, ou textos de criação literária, sempre que os autores o desejem). Tal não significa covardia ou fuga ao anonimato. Pelo contrário, significa que há uma responsabilização colectiva por todo o jornal. O «Maré Viva» é fruto de uma equipa, e em equipa é feito desde o início. Qualquer artigo não assinado pertence a todos. E os seus nomes são publicados semanalmente, em conjunto (na rubrica «Fizeram este número»). Quem nos acompanha sabe que sempre assim foi, e não se vê qualquer razão para proceder de modo diferente.

2. O autor do artigo em questão conhecia a Ordem de Trabalhos da Assembleia. Sabia que a decisão que foi tomada estava dentro da legalidade; de resto, isso

(Continua na pág. 6)

## Nós e o leitor

O escrito que a seguir publicamos é um óptimo retrato psíquico e moral do seu autor. Define-o perfeitamente como pessoa e como colaborador de Imprensa. Aos leitores (que estranharão o tipo de linguagem, tão diferente do que se habituaram a ler no «Maré Viva») compete ajuizar.

Espinho, 16 de Abril de 1977

Ex.mo Sr.  
Director do Jornal «Maré Viva»  
Espinho

Ex.mo Senhor,  
Apresento os meus melhores cumprimentos.

Na «Maré Viva» de 13 do corrente, dum douto e anónimo jornalista desse semanário, sem ter a coragem, suficiente e elementar,

mentos de democratização da sua vida interna, começaram a surgir as Comissões de Pais que deram o seu esforço pela renovação das condições de aprendizagem dos seus filhos.

A vida cultural animou-se extraordinariamente. A criança passou a ter um lugar importante e o 1 de Junho, dia Mundial da Criança, foi assinalado com uma festa inesquecível no parque, promovido pela Secção Cultural de Espinho, bem como em Paramos, pelo Grupo Recreativo e Cultural Paramense. O desporto estendeu-se às camadas populares com mais intensidade. A actividade partidária animou-se.

Assistiu-se, enfim, a toda uma acção renovadora e libertadora, que empolgou todos os que sentiam a revivificação da espontaneidade popular e assustou os que viam desmoronar-se as estruturas onde assentavam os seus privilégios.

Uma acção descoordenada aqui e acolá, sem parâmetros institucionais, evitada de erros de quando em vez, mas que valeu pela experiência que trouxe para todos os que a viveram e também pelo muito que nos legou.

Sim, porque deste impulso do 25 de Abril de 1974 muita coisa ficou.

### O QUE É

A Revolução dos Capitães de Abril permitiu a institucionalização dum regime democrático, restituiu-nos as liberdades fundamentais. Isso bastaria para que os lembremos com gratidão. Mas com isto restituiu ao povo português algo de extraordinariamente importante: a confiança na sua capacidade de tomar nas suas mãos a resolução de muitos dos

seus problemas, a confiança no seu poder criador.

Será que esta autoconfiança se mantém incólume? Certo que não. Muitos portugueses se deixaram vencer por um certo desencanto e passaram de novo a delegar algumas das suas responsabilidades. Sim, é verdade que a institucionalização dos órgãos democráticos veio substituir muito do que esteve a seu cargo. Mas a Constituição continua a deixá-los muito espaço para a concretização desse seu poder criador.

Razões houve pois, estranhas à democracia, que levaram a essa desmobilização.

Resta apesar de tudo muito dessa oferta dos Capitães. Organizações populares continuam a existir, a trabalhar. Comissões de Trabalhadores dirigem as suas fábricas ou exercem participação activa na sua gestão. As organizações culturais continuaram a aparecer, o desporto permanece lançado nas camadas populares.

E mesmo daqueles que se deixaram bater pela adversidade algo permanece que nos faz lembrar o 25 de Abril. Permanecem as estradas que abriram, as escolas que foram melhoradas, os parques infantis que se construíram. Poderão ter desaparecido algumas das organizações que as tornaram possíveis. Mas as obras mantêm-se. E elas não existiriam se não fosse o 25 de Abril.

Olhem pois à nossa volta. Então veremos que o 25 de Abril permanece bem vivo entre nós.

## SILVALDE

(Continuação da página 1)

posta de alteração, que poderá ou não ser aprovada superiormente.

Há esperanças de que a solução possa ser encontrada, pois a delimitação de zonas verdes, zonas rurais e industriais parece já não corresponder às necessidades da freguesia e do concelho, nomeadamente em termos de habitação.

Pretende-se, deste modo, fazer criar as condições para a delimitação de nova zona de densificação populacional e, simultaneamente, suster o fluxo de construção clandestina que ameaça fazer perigar qualquer tentativa de solução aceitável da urbanização em Paramos, e particularmente, as potencialidades turísticas da sua zona beira-mar.

(Conclui na pág. 6)

### CAFÉ E RESTAURANTE COPÉLIA

Almoços e Jantares  
Serviço à lista

Especializado em Casamentos e Baptizados — Grande variedade de Petiscos

Rua 23 n.º 808 — ESPINHO

FOTOGRAFIAS TIPO PASSE EM 10 SEGUNDOS

### CENTRO FOTOGRAFICO

de ÁLVARO NUNES DE PINHO

Tudo para fotografia e Cinema - Retratos - Relojoaria electrónica

Rua 8 n.º 645

ESPINHO



# Académica de Espinho

(Continuação da pág. 5)

mesmo era expressamente referido no artigo («Claro que há cobertura legal para o que foi feito»). Mas a questão, como certamente entendeu quem quis, era outra. A justificação pelo Direito e pela Legalidade nem sempre é suficiente. A opinião do autor continua a ser esta:

— embora tudo o que foi feito esteja dentro da legalidade, teria sido preferível convocar uma Assembleia expressamente para discutir o assunto da Secção Cultural, dada a extrema gravidade das decisões tomadas e dadas as circunstâncias do momento, com realce para o adiantado da hora e a grande desmobilização da massa associativa da AAE (é facto que estavam presentes uns escassos 6 ou 7 sócios).

A Mesa agiu dentro de toda a legalidade mas, na opinião do autor, deveria ter-se lembrado que a estrita sujeição à lei nem sempre garante, automaticamente, a melhor solução; a lei foi feita para o homem, não o homem para a lei;

— se se queria quaisquer decisões quanto à Secção Cultural, parece que teria sido correcto convocar expressamente alguns elementos desta, pois na circunstância não se encontrava nenhum na sala. Deveria estar? Pois deveria, mas apenas tanto como deveriam as centenas de sócios que faltaram. A verdade é que os ditos elementos, por quaisquer razões, não estavam presentes. Ouvi-los seria a garantia de que a Assembleia podia obter todos os esclarecimentos desejados, e assim votar qualquer moção com pleno conhecimento da causa em discussão.

3. O autor do artigo conhecia também o teor da deliberação da Mesa da Assembleia Geral. Quem duvidar, pode ler o 4.º parágrafo desse artigo, onde se diz claramente: «(...) obrigando o grupo de teatro a renegar a sigla «Teatro Popular de Espinho», sob pena de suspensão». E antes tinha-se dito: «... suspensa até que uma Assembleia Geral se pronuncie». Parece que corresponde à realidade. Além disso, foi adiantada uma opinião pessoal em nada ofensiva, tanto mais que os factos narrados correspondem à verdade. Qual era essa opinião? Considera o autor que o nome de um Grupo de Teatro (por exemplo Teatro Popular) aponta já, claramente, para o tipo de teatro que esse Grupo escolheu fazer. Funciona, assim, como meio de identificação para as pessoas. Quem ler «Teatro Popular de Espinho» sabe já que género de teatro poderá ver feito por aquele Grupo (ou seja, teatro popular). Suprimir esse nome será, pois, suprimir o único elemento de identificação imediata que estava à disposição do grande público. O nome do Grupo é consequência directa do tipo de teatro que o Grupo faz. Mexer com esse nome é, na opinião do autor do artigo, interferir de certa maneira no tipo de teatro que o Grupo escolheu fazer, pelas razões apontadas. Era apenas isto que se pretendia dizer no artigo,

e a título de opinião pessoal e livre, após terem sido narrados os factos com verdade. Ninguém deveria ler mais do que lá estava escrito.

De resto, esta opinião do autor não é meramente arbitraria. Tem por fundamento um facto bastante importante que deve ser tomado em conta neste processo: o Grupo de Teatro da Secção Cultural não se chama apenas «Teatro Popular de Espinho», como alguns parecem fazer crer, ou simplesmente ignoram. O nome do Grupo é, e sempre foi o seguinte: *Teatro Popular de Espinho — Secção Cultural da A. A. E.* Nunca uma coisa apareceu separada da outra. Nunca o nome da Secção Cultural e da própria Académica deixaram de vir juntos. Isso mesmo provam todos os cartazes de publicidade feitos. Portanto, o Grupo não se «esqueceu» da Académica. Usa o nome da Académica, pois a ela pertence, *acrescentando-lhe* um outro elemento importante para a sua identificação perante o público. Dizer que o Grupo apenas se chama «Teatro Popular de Espinho» é escamotear a realidade.

4. Finalmente, lamenta-se o tom insultuoso desta carta, tom de alguma maneira pouco consentâneo com a posição de uma Mesa de Assembleia Geral. Ao tomar uma posição oficial (a carta não era particular, pois trazia a chancela da AAE), deveria esta Mesa lembrar-se que está a falar em nome dos muitos associados da AAE e em nome do próprio Clube. Ora este Clube é grande, cheio de tradições na nossa terra, e merecemos o maior respeito e consideração. Falar em nome dele é uma responsabilidade grande, que deverá pelo menos obrigar a um certo cuidado e lisura na linguagem. Queria responder-se ao artigo? Pois que se respondesse! Queria adiantar-se uma opinião diferente? Óptimo! Mas uma opinião defende-se com argumentos, não com insultos. Os insultos não provam nada; quando muito podem indicar alguma coisa no que respeita à sua proveniência.

Lamentamos, pois. Um argumento, uma razão, são coisas válidas. Um insulto... nunca é mais do que um insulto.

## NÓS E O LEITOR

(Continuação da pág. 5)

cavalheiro e, portanto, solicito a publicação desta, convicto de que não é preciso referir, sequer a Lei da Imprensa.

Diz, a certo passo, esse fedúncio: «Se há uma esmagadora maioria» (que certos cronistas pouco sérios tanto se empenharam em gritar aos quatro ventos, e que na prática eram apenas 6 — seis — sócios...). Antes, a certa passagem do seu articulado, referia: «...quando na sala se encontravam escassos 6 ou 7 sócios...».

Por conseguinte, se a matemática só tem uma verdade, e não a verdade de determinados especialistas em manipulações, SEIS que aprovam algo, quando

(Continua na pág. 7)

## CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO

EDITAL N.º 27/77

ARTUR PEREIRA BARTOLO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ESPINHO:

Faço público que de acordo com normas aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 512/75, de 20 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 99/76, de 2 de Fevereiro e pela Portaria n.º 249/76 de 19 de Abril que regulam o concurso para atribuição do contingente de novas licenças para o exercício da indústria de transportes de aluguer, de automóveis ligeiros de passageiros no Concelho de Espinho, a que se procedeu de acordo com o edital n.º 13/77, de 21 de Fevereiro de 1977 e em conformidade com a deliberação tomada por esta Câmara em sua reunião ordinária de 16 do corrente mês que é publicada por este edital, a lista de classificação definitiva dos concorrentes às quatro vagas da sede da freguesia de Espinho de acordo com a lista provisória constante do edital n.º 20/77, de 30 de Março de 1977, atribuindo essas quatro vagas, respectivamente a:

- 1.º — António Fernando Ferreira da Rocha;
- 2.º — Joaquim Manuel Alves Pereira;
- 3.º — Ernesto de Sousa Costa;
- 4.º — Arlindo da Fonseca Ribeiro.

E, para constar, se passou este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares do estilo e publicados nos Jornais «Defesa de Espinho» e «Maré Viva».

Espinho e Paços do Concelho, 18 de Abril de 1977.

O Presidente da Câmara,

(a) Artur Pereira Bártolo

## CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO

EDITAL N.º 28/77

ARTUR PEREIRA BARTOLO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ESPINHO:

Faz saber, no uso da competência que é conferida às Câmaras Municipais através do disposto do Decreto-Lei n.º 512/75, de 20 de Setembro, e em conformidade com a deliberação tomada por esta Câmara Municipal em sua reunião ordinária de 16 do corrente, que durante o prazo de 20 dias, a contar da data deste edital, está aberto concurso para preenchimento de três vagas do contingente de automóveis de passageiros de aluguer das que, nos termos do artigo 16.º do Decreto n.º 37.272 de 31 de Dezembro e de conformidade com o edital n.º 7/76 de 26 de Junho de 1976, da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres de 1948, foram fixadas para as freguesias deste Concelho, assim discriminadas:

Na Freguesia de Anta — 1 vaga — com local de estacionamento no lugar dos Altos Céus;

Na Freguesia de Paramos — 1 vaga — com local de estacionamento no lugar da Estrada (junto do café Zip-Zip);

Na Freguesia de Silvalde — 1 vaga — com local de estacionamento no lugar dos Covelos.

O programa de concurso e os modelos dos requerimentos e declarações encontram-se patentes na Secretaria desta Câmara Municipal, todos os dias úteis e durante as horas normais de expediente, onde poderão ser consultados.

Espinho e Paços do Concelho, 18 de Abril de 1977.

O Presidente da Câmara,

(a) Artur Pereira Bártolo

## Brevemente em Espinho

ÂNGULO DAS RUAS 23 E 20

# PÁ VELHA

FÁBRICA DA BRASILEIRA

## ramiro de sá couto, lda.

— Caixas de Cartão Canelado —

Papéis — Embalagens — Artes Gráficas



Telefone 967101

Apartado 11

S. Paio de Oleiros

## BAPTISTA

Móveis e Decorações

Rua 20 n.º 528

ESPINHO





# DESPORTO

## DE RELANCE...

No hóquei em patins há a salientar os bons resultados da equipa senior, mormente a boa exibição realizada nas Antas frente ao F. C. Porto, onde o empate ou mesmo a vitória estiveram ao seu alcance. Nas camadas jovens apenas os juniores tiveram um precalço já que tanto os iniciados como os infantis venceram folgadoamente.

No voleibol salienta-se o apura-

mento das equipas de juniores (masculinos) e iniciados para a fase final dos respectivos campeonatos nacionais.

O jogo entre o SCE e o CDUP em feminino que terminou com a vitória das universitárias, foi bastante disputado tendo a vitória estado perfeitamente ao alcance dos espinhenses já que perderam

## Nós e o leitor

(Conclusão da pág. 6)

estão SEIS ou SETE, são, irrefutavelmente, uma maioria esmagadora ou vice-versa! Isto, qualquer pessoa, que não tenha a massa cinzenta hipotecada, vê que é verdade cristalina!

Logo, sr. Director, eu referi a verdade dos factos, com a seriedade de quem sabe qual é a missão de um colaborador da Imprensa. Desse modo, não permito a um qualquer abortozinho, um corvadolazito que se esconde, miseravelmente, no anonimato para provocar o insulto, não fazendo mais que vomitar os excrementos duma mentalidade doentia e putrefacta, duvide da minha seriedade. Que esse articulista, pelos vistos vesgo ou deficiente mental, não saiba o que é a verdade ou, apenas, seja capaz de escrever as «verdades» que lhe convém ou lhe encomendam, tão pouco saiba analisar que 6, em 6 ou 7, é uma esmagadora maioria, ainda compreendo, porquanto gentinha desse jaez não se fez, propriamente, para raciocinar lucidamente, pois têm a massa cinzenta vendida e, dessa maneira, actuam como vulgares papagaios, ou «cassettes» gravadas, no que lhe ensinam. Agora, aparar-lhe o jogo ou o insulto grosseiro, isso não!

Desconheço (já que o processo de insultar, escondendo-se na baixeza infame e covarde do anonimato, pouco consentânea com um ser humano racional e idóneo, não me permite sabê-lo) se o articulista esteve na assembleia a que se refere, no entanto, nada me custa a crer que, dentro da sua óptica de seriedade e honestidade, do seu processo correcto de fazer jornalismo (!?), viesse, depois, dizer que uma minoria esmagadora, já que eram 6 entre 7 presentes, aprovou uma moção!

Lamento, sr. Director, que dentro da deontologia da imprensa seja permitido o insulto, demais falso, a oficiais do mesmo officio, para mais veiculado por quem não

tem estatura moral, carácter mínimo, dignidade suficiente, educação bastante ou princípios elementares, para assinar e responsabilizar-se pelos excrementos da sua deteriorada massa cinzenta.

Claro, sr. Director, ele não tem culpa, culpa existe neste país pelo facto de já não termos legalizada, há muitos anos, a lei do aborto, porquanto, certamente, teríamos a felicidade de nunca ver nascer deficientes mentais deste calibre.

Por último, sr. Director, lamento, mas muito sinceramente, o tom que sou obrigado a empregar nesta, todavia, para certa gentinha, capaz do insulto torpe, a coberto da baixeza do anonimato, falar correctamente seria a mesmíssima coisa que «deitar pérolas a porcos».

Reitero os meus cumprimentos.

Carlos Sárria  
Rua 22 n.º 306 — Espinho

## FUTEBOL de A a Z

**HUMOR** — O futebol é uma bela coisa para a gente se divertir, quer a jogar, quer a ver jogar os outros. De preferência, a jogar. É um belo pretexto para conhecer novos amigos e tanto são amigos os que jogam do nosso lado como os do outro lado. E só é assim porque não podem chutar todos para o mesmo lado; isso não tinha graça nenhuma.

Ora o que é preciso é que o futebol tenha graça, que toda a gente vá bem disposta para o futebol e venha de lá ainda mais bem disposta, por ter passado um bom bocado. Quando se ganha, é fácil ter essa boa disposição. Quando se perde, é mais difícil, mas é isso mesmo que se pretende alcançar... Que todos sejam como aquele que dizia: «Quando chegámos ao intervalo a perder por 13-0, vimos logo que estávamos em dia de azar e que já não devíamos recuperar»...

Carlos Pinhão  
Desenho de Martins

## FUTEBOL

### Espinho, 2 — Chaves, 0

#### Esquecer a segunda parte para ir a Santo Tirso

S. C. ESPINHO — Serrão I; Gomes, Pereirinha, Gonçalves I e Raul; Meireles, João Carlos e Gonçalves II (Gentil, aos 77 min.); Serrão II, Reis e Vaqueiro.

bano; Alves (Cruz, aos 22 min.), José Pedro e Manuel José.

Árbitro: Castro e Sousa, de Coimbra.

CHAVES — Maia; Duque II, Branco, Malaias e Betinho; Quim, Brito (Albino, aos 65 min.) e Al-

Ao intervalo: 2-0. Golos de Reis e Serrão II.

Foi um jogo monótono, mormente depois dos 2-0. Podia ter sido um jogo muito difícil.

dois «sets» por 17-15 e 21-19 respectivamente.

Mas o jogo grande era sem dúvida aquele que opunha os seniores masculinos do SCE aos do Leixões. E pena foi que dirigentes responsáveis do SCE não soubessem refrear os seus ânimos, quase estragando uma partida que foi renhidamente disputada, apesar de tecnicamente não ter sido famosa.

Os espinhenses actuando bastante nervosos, jogaram abaixo das suas possibilidades, devendo em parte a vitória ao público entusiasta que encheu completamente o pavilhão. Realmente aquela massa humana foi o sétimo jogador, ou seja, o fiel que desequilibrou o prato da balança, principalmente na «negra», em que o apoio dado pelo público foi verdadeiramente espectacular, bem justificado pelo aplauso final que lhe dirigiram técnico e jogadores espinhenses.

No SCE o melhor elemento foi sem dúvida Cadete que, jogando com uma alma extraordinária foi bem merecedor da vitória. Todos os outros elementos, apesar de todo o seu empenho no jogo, estiveram algo abaixo do que podem e sabem jogar, excepção para Padrão que, a seguir a Cadete foi o que mais se aproximou do seu pleno rendimento.

Os árbitros mostraram-se com pouco nível (principalmente o segundo) para esta partida, apesar de nada justificar, até porque não houve erros clamorosos, a atitude de alguns responsáveis espinhenses, que deveriam ser os primeiros a dar os bons exemplos.

## RESULTADOS

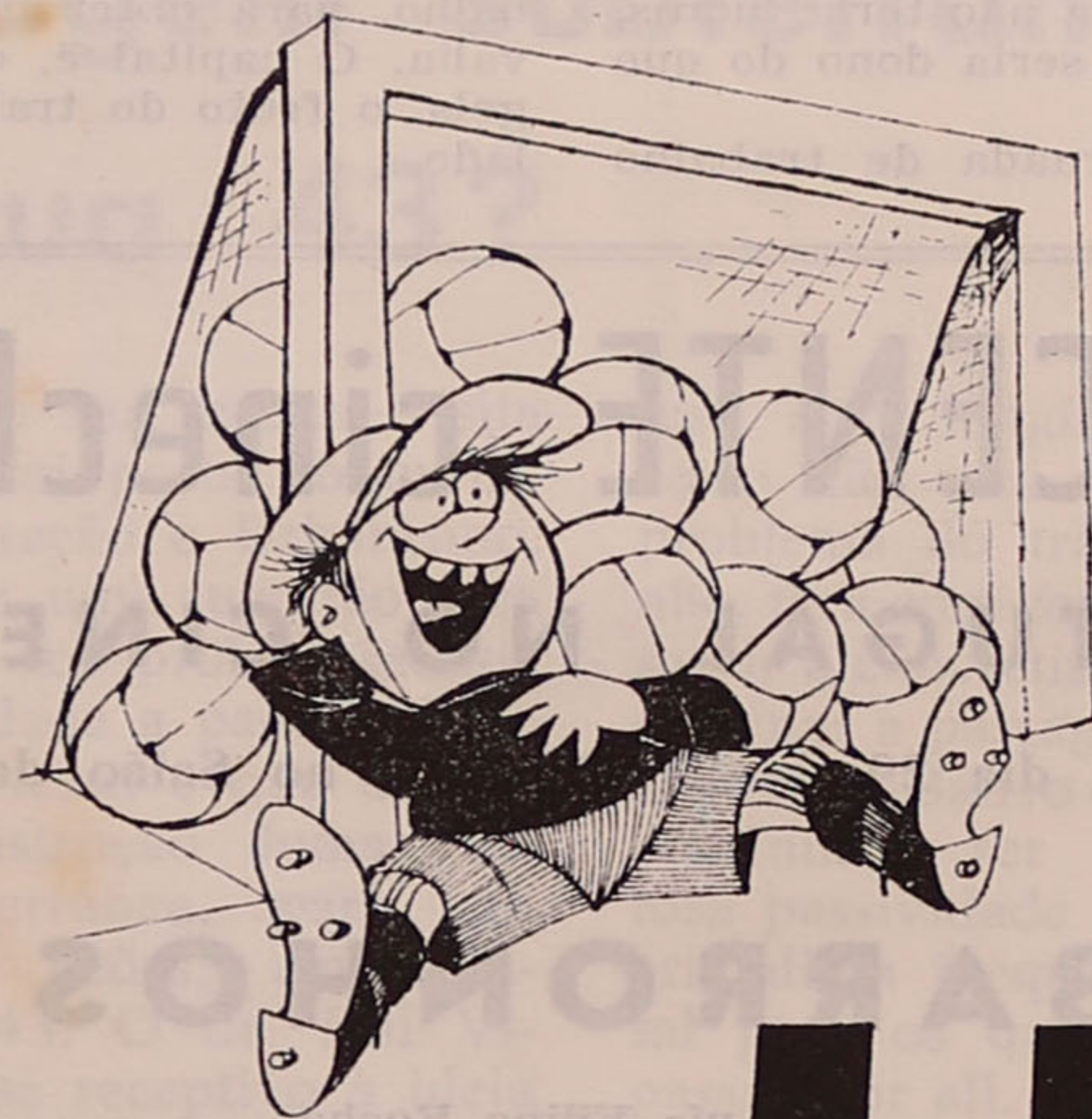
### HÓQUEI EM PATINS

Campeonato Nacional da I Divisão (Zona Norte)

F. C. Porto, 3 — A.A.E., 2  
Académico, 1 — A.A.E., 1

Compeonato Regional de Juniores

A.A.E., 3 — Pacense, 4



# H



# VIVA O 1.º DE MAIO

## O 1.º DE MAIO

# VIVA O 1.º DE MAIO

## Origens do

## 1.º de Maio

O 1.º de Maio é o dia internacionalmente reconhecido como **DIA DO TRABALHADOR**.

Dia do Trabalhador, dia do que trabalha. Logicamente, não é de parasitas, não é de exploradores que, em vez de trabalharem, exploram a força do trabalho de outrem, sugando deste o máximo proveito.

Em Portugal, o 1.º de Maio é data muito próxima do dia nacional: **25 DE ABRIL**. Se assim se pode dizer, em Portugal «qua-

se» que há 2 primeiro de Maio na mesma semana!

Dai que haja quem não veja com bons olhos o exagero de dois feriados numa só semana!

«O trabalhador deve trabalhar!»  
«Não é com feriados que se aumenta a produtividade nacional!»

E argumentos assim!

Ora, é de ver porque surgem esses argumentos.

O desespero dos que assim falam é o desespero daqueles a quem não convém a unidade entre os

trabalhadores. É o desespero dos que tentam anular as respostas dos trabalhadores, dos que tentam boicotar os contratos colectivos, dos que defendem as desintervenções e a legislação antitrabalhadores.

Em suma, os que advogam a incapacidade de trabalho sem patrões, que eles próprios são ou com os quais se identificam.

A esses, realmente, preocupa muito haver um 1.º de Maio. Sobretudo que haja um **25 DE ABRIL**.

Porque as duas datas são datas de **POVO**.

E, que fique de vez assente, exploradores e parasitas não são Povo. Porque o não defendem, antes o aniquilam. Porque se não identificam com ele. Antes se auto-intitulam de «senhores» vivendo num mundo à parte, movimentando-se na «superior condição social» pela qual tudo fazem, mesmo vendendo e comprando direitos e deveres que não têm nada que ser transaccionados como mercadorias.

Dai que o **1.º DE MAIO**, como o **25 DE ABRIL**, sejam festa e luta. Festa popular (provas desportivas, concursos, manifestações artísticas — em todo o Mundo!). Luta popular (pela melhoria das condições económicas e sociais do Povo).

Hoje, em todo o Mundo, onde há consciência operária, luta-se pela mesma causa e pela mesma ideia.

**VIVA O 1.º DE MAIO!**

## Força de trabalho e mais-valia

O operário é um trabalhador livre; já não é propriedade do capitalista (como o escravo era do amo) mas, uma vez que não possui quaisquer meios de produção, vê-se necessariamente obrigado a vender a única mercadoria que possui por um preço determinado.

Em consequência disto, o operário num sistema capitalista é um vendedor da sua força de trabalho e o capitalista é o comprador desta mercadoria que se oferece no mercado.

Ora, como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho do operário tem um preço determinado. Este preço é o equivalente em bens necessários para que o operário possa satisfazer as suas necessidades e da sua família; é em suma o que ele necessita para poder reproduzir de novo a sua força de trabalho.

O capitalista diz que paga ao operário o preço do seu trabalho.

Se tal acontecesse significaria que o capitalista não teria lucros, que o operário seria dono do que produziria.

Assim, a jornada de trabalho

divide-se em duas partes. Numa parte o operário produz os bens necessários para que o capitalista lhe pague o salário; noutra parte o operário produz um excedente sem equivalente, do qual o capitalista se apropria. O valor que o operário produz durante esse tempo suplementar, em que continua a trabalhar depois de produzir o valor da sua força de trabalho, é a mais-valia.

Os meios de produção, máquinas e matérias-primas, não criam valor no decorrer da produção de uma mercadoria; o seu valor só pode ser transferido para o produto pela força de trabalho do operário, que ao mesmo tempo lhe acrescenta um novo valor.

Assim, ao contrário do que sustentam os capitalistas, vemos que só a força de trabalho cria valor.

Ao dinheiro assim obtido pelo capitalista é dado o nome de capital, uma vez que com ele o capitalista vai comprar de novo mais matérias-primas e força de trabalho, para obter de novo mais-valia. O capital é, como diz Engels, o fruto do trabalho acumulado.

## NASCENTE cineclube

### PORTUGAL NO CINEMA

Sexta-feira, dia 29, às 21,30 horas, no Salão da Piscina

O FILME:

## BARRONHOS

De Luís Filipe Rocha

**Argumento do filme:** Em 28 de Junho de 1975, no Bairro de Lata de Barronhos é assassinado um dos membros da Comissão de Moradores.

O crime é o resultado das contradições existentes no projecto político de saneamento dos bairros de lata.

O filme analisa e situa o crime no contexto socio-político português, que vai do 25 de Abril até ao V Governo Provisório.

## A mulher trabalhadora

Segundo dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística, o salário das mulheres em diversos sectores da actividade económica é cerca de metade do que o homem aufer. A preparação profissional no sector industrial e nos serviços não se acha adaptadas às respectivas exigências, estando a mulher numa posição de inferioridade. Em 1972, por exemplo, cerca de 20 por cento dos homens não tinham curso adaptado às funções que desempenhavam,

mas entre as mulheres a percentagem subia para 68 por cento, aproximadamente. Em algumas profissões públicas encontra-se com mais frequência remuneração igual para trabalho igual; no entanto, a mulher depara com dificuldades em diversas carreiras profissionais. Assim, por exemplo, só após o 25 de Abril surgiram alterações na Lei a facultar o acesso de cidadãos do sexo feminino a cargos de justiça, o que até essa data estava vedado às licenciadas em Direito.



PORTE  
PAGO

Ilídio Martins da Silva  
Rua 33-Bairro Moderno-Espinho